

**CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
REGIONAL SUL 4**

PLANO REGIONAL DE PASTORAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Sul 4

Equipe de Redação:

Ademir Freitas, ofs

Padre Gilberto Tomazi

Padre João Cláudio Casara

Padre Lino Brunel

Padre Luciano dos Santos

Padre Marlo Flávio Tessaro

Uilian Pizzolotto Dalpiaz

Editoração Eletrônica:

Marcelo Luiz Zapelini

Revisão:

Padre Luciano dos Santos

Rua Dep. Antônio Edú Vieira, 1524

Pantanal, Florianópolis, SC

CEP 88040-001

Telefone: (48) 3234-7033

E-mail: cnbbsul4@cnbbsul4.org.br

Site: www.cnbbsul4.org.br

PLANO REGIONALDE PASTORAL 2016 - 2019



CNBB | Sul 4

SIGLAS

AG	Decreto Conciliar <i>Ad Gentes</i>
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Campanha da Fraternidade
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRP	Conselho Regional de Pastoral
DAP	Documento de Aparecida
DCE	Encíclica <i>Deus Caritas Est</i>
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2016-2019
EG	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i>
EV	Encíclica <i>Evangelium Vitae</i>
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i>
LS	Encíclica <i>Laudato Si'</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MV	Bula <i>Misericordiae Vultus</i>
RH	Encíclica <i>Redemptoris Hominis</i>
SC	Constituição Dogmática <i>Sacrosanctum Concilium</i>
SAV	Serviço de Animação Vocacional
VD	Exortação Apostólica <i>Verbum Domini</i>

SUMÁRIO

CAPÍTULO I MARCAS DO NOSSO TEMPO

1.1 Tempo marcado por crises, desafios e oportunidades.....	12
1.1.1 Crises, problemas e riscos.....	13
1.1.2 Desafios e oportunidades.....	15
1.2 Marcas da realidade catarinense.....	17
1.2.1 Aspectos culturais.....	18
1.2.2 Aspectos sociopolíticos.....	21
1.2.3 Aspectos econômico-ecológicos.....	24
1.2.4 Aspectos religiosos.....	30

CAPÍTULO II ILUMINANDO NOSSA REALIDADE

2.1 Partir de Jesus Cristo.....	38
2.2 Urgências na Ação Evangelizadora.....	40
2.2.1 Igreja em estado permanente de missão.....	41
2.2.2 Igreja: casa de iniciação à vida cristã.....	41
2.2.3 Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral.....	42
2.2.4 Igreja: comunidade de comunidades.....	43
2.2.5 Igreja a serviço da vida plena para todos.....	44

CAPÍTULO III NOSSAS AÇÕES

3.1 Objetivo geral.....	48
3.2 Projetos de Ação.....	48
3.2.1 Igreja em estado permanente de missão.....	49
3.2.1.1 Animar as missões populares.....	49
3.2.1.2 Animar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.....	49
3.2.1.3 Fortalecer a Infância, a Adolescência e a Juventude Missio- nária.....	50
3.2.1.4 Promover a evangelização da juventude.....	51

3.2.2 Igreja: casa da iniciação à vida cristã.....	52
3.2.2.1 Desenvolver o processo de iniciação à vida cristã	52
3.2.2.2 Animar a vida litúrgica.....	53
3.2.2.3 Valorizar as manifestações da piedade popular	54
3.2.3 Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral	54
3.2.3.1 Fomentar a formação bíblica.....	54
3.2.3.2 Incentivar e reforçar a Leitura Orante da Palavra de Deus	55
3.2.3.3 Promover a Palavra nos meios de comunicação social da CNBB Regional Sul 4	56
3.2.3.4 Favorecer a formação continuada dos ministros e ministras da presidência da Palavra, do leitorado e do salmista	56
3.2.4 Igreja: comunidade de comunidades.....	57
3.2.4.1 Investir na descentralização e setorização das paróquias ..	57
3.2.4.2 Privilegiar a vivência comunitária da fé.....	58
3.2.4.3 Fortalecer a Pastoral do Dízimo.....	59
3.2.4.4 Suscitar a cultura vocacional nas comunidades.....	60
3.2.4.5 Fortalecer as Assembleias e os Conselhos de Pastoral..	60
3.2.5 Igreja a serviço da vida plena para todos.....	61
3.2.5.1 Desenvolver uma pastoral social estruturada, orgânica e integrsaal.....	61
3.2.5.2 Promover a participação nos conselhos de direitos e a construção de políticas públicas.....	62
3.2.5.3 Assumir anualmente a Campanha da Fraternidade	63
3.2.5.4 Organizar ações de acolhida e acompanhamento aos migrantes	64
3.2.5.5 Educar para a preservação da natureza e o cuidado com a ecologia humana	64
3.2.5.6 Apoiar as iniciativas em prol da inclusão social e o reconhecimento dos direitos das minorias	65
3.2.5.7 Promover a formação de pensadores e pessoas que estejam em níveis de decisão	66
3.2.5.8 Fortalecer e animar as ações evangelizadoras em prol da família	67
3.2.5.9 Fomentar ações em prol dos idosos.....	68

APRESENTAÇÃO

"Eu devo anunciar a Boa Nova do Reino de Deus" (Lc 4,43).

São Paulo, alcançado por Cristo e feito Apóstolo, afirma: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; é, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim, se eu não anunciar o evangelho" (1Cor 9,16).

Como discípulos e discípulas missionários de Jesus, reunidos em Igreja, também nós temos consciência de que evangelizar se nos constitui missão essencial. E “[...] a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios” (EN, n. 18).

No desejo de darmos conta dessa tarefa no Regional Sul IV da CNBB, planejamos nossa ação evangelizadora para os próximos quatro anos. Inspirados nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - 2015-2019 (DGAE) e em consonância com elas, seguimos basicamente seu esquema e adotamos o método VER, JULGAR e AGIR. O plano que aqui está, aprovado no Conselho Regional de Pastoral reunido em Rio do Oeste nos dias 19 e 20 de Novembro, é fruto do trabalho realizado pelo conjunto das Dioceses e da Arquidiocese que compõem o nosso Regional.

O Primeiro capítulo chama a atenção sobre as “Marcas do nosso tempo”. Procuramos conscientizar-nos da realidade em que estamos envolvidos e à qual somos enviados para anunciar os valores do Evangelho do Reino. Sabemos, porém, que essa mesma realidade, por ser muito mais complexa do que parece, requer de nós constante atitude de diálogo e discernimen-

to para percebermos, a cada instante, os sinais da manifestação da vontade de Deus.

O Segundo capítulo lança a Luz, que é a Pessoa de Jesus Cristo e sua Palavra, sobre a realidade. Com o propósito de sermos fiéis àquele que nos envia, desejosos de fazermos a vontade do Pai e na docilidade ao Espírito Santo, buscamos a “sabedoria do alto”. Queremos, “em vez de diagnósticos desalentadores, dar remédios cheios de esperança” (Paulo VI, 7.12.1965) para não traírmos o Evangelho e não correremos o risco de trabalhar em vão.

O Terceiro capítulo começa com o Objetivo Geral, adotado das DGAE - 2015-2019. Seguem, então, os Projetos de Ação, segundo as urgências da Ação Evangelizadora, também propostas pelas DGAE. Essas urgências pedem e promovem um agir sinodal que, para além de “afirmar o amor, torna-o visível e palpável. Aliás, o amor nunca poderia ser uma palavra abstrata. Por sua própria natureza, é vida concreta: intenções, atitudes, comportamentos que se verificam na atividade de todos os dias” (MV, n. 9).

Maria, Mãe de misericórdia, e Santa Catarina de Alexandria, padroeira do nosso Estado, intercedam em nosso favor para que este Plano favoreça e nos estimule em nossa “missão de anunciar a misericórdia de Deus, coração pulsante do Evangelho, que através de nossa vida e ação deve chegar ao coração e à mente de cada pessoa” (MV, n. 12).

Tubarão, 25 de Novembro de 2015.

*Na Festa de Santa Catarina de Alexandria,
Padroeira do Estado.*

Dom João Francisco Salm

Bispo de Tubarão e Presidente da CNBB Regional Sul 4

CAPÍTULO 1

Marcas do Nosso tempo

1.1 TEMPO MARCADO POR CRISES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

1. A Igreja contempla a Deus com os olhos da fé através da Palavra revelada e de sua presença vivificadora nos Sacramentos; vê a realidade à luz de sua providência e a julga a partir de Jesus Cristo Caminho, Verdade e Vida; atua como Igreja Corpo Místico de Cristo e Sacramento de Salvação (DAp, n. 19).
2. A CNBB Regional Sul 4, buscando responder à vontade de Deus e sem prescindir de sua graça, compreende ser importante levar em conta as marcas do tempo em que vivemos e da realidade catarinense.
3. Na ação evangelizadora, devemos levar em conta as marcas do nosso tempo. As novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) acenam para a “mudança de época” que caracteriza os tempos atuais com grandes avanços, bem como com crises, desafios e contradições em todos os aspectos da vida: pessoal, familiar, comunitário e social.
4. Os avanços da ciência, da técnica e das comunicações estão levando a uma mudança profunda no modo de ser, ver, pensar e agir das pessoas. Se, por um lado, o conforto e o bem estar vêm abrangendo um maior número de pessoas, por outro, a globalização do mercado vem agredindo e impedindo a vida de um expressivo contingente populacional e grandes prejuízos para a natureza e as futuras gerações (DGAE, n. 19; LS, n. 109).
5. Muitos avanços foram alcançados em vários âmbitos da sociedade: a promoção da mulher; a valorização das mi-

norias étnicas; o destaque à justiça, à paz e à ecologia; a consciência da importância dos movimentos sociais e dos direitos à educação e à saúde; iniciativas para a superação da miséria e da fome; iniciativas pela democratização dos meios de comunicação; ampliação das iniciativas e redes de economia solidária e de agroecologia; educação popular; ficha limpa; combate à corrupção; sensibilidade com os imigrantes. Tudo isso nos leva a crer que outro mundo é possível e que emergem caminhos para a globalização da esperança.

1.1.1 Crises, problemas e riscos

6. O atual fenômeno da globalização neoliberal afeta a compreensão de valores, gerando riscos e crises que devemos levar em conta na ação evangelizadora.
 - a) A ausência de referências sólidas, o excesso de informações superficiais, as ideologias irracionais da cultura midiática geram crises e problemas diversos tais como: relativismos, fundamentalismos, racionalismos, a indiferença e o desrespeito com os mais frágeis, posturas contra e indiferentes, à Igreja e à Verdade do Evangelho; desfaz-se uma concepção integral do ser humano, em sua relação com o mundo e com Deus, contribuindo para uma supervalorização da subjetividade individual. O individualismo enfraquece os vínculos comunitários, ficando em segundo plano a preocupação com o bem comum, suplantada pela busca de realização imediata dos desejos pessoais. Veicula-se pelos grandes meios de comunicação uma massificação cultural que artificializa e homogeneiza as culturas, gerando indiferença em relação ao outro, de quem não necessita e não se sente respon-

sável. Impõe-se assim como valor, viver o presente, sem projetos de longo prazo, sem preocupação com critérios éticos e, portanto, sem compromissos com as pessoas, a comunidade e a sociedade.

- b) A idolatria do mercado e as políticas neoliberais se caracterizam pela primazia do capital, do lucro, do supérfluo e do consumo sobre o trabalho, o bem comum e a satisfação das necessidades básicas e fundamentais do ser humano, com suas consequências: degradação ambiental; práticas de banalização da vida, como manipulação de embriões, práticas abortivas, tráfico de órgãos e pessoas. Ausência de políticas públicas de educação, saúde, segurança, trabalho, lazer, moradia, proteção à vida e à família, às crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, especialmente em prol dos mais empobrecidos e excluídos (indígenas, quilombolas, negros, pescadores artesanais, migrantes, refugiados, agricultores familiares, catadores, encarcerados); crescimento da violência; tráfico de drogas; corrupção generalizada; desrespeito aos territórios dos povos indígenas. A origem desta profunda crise está na negação do Deus libertador, revelado por Jesus Cristo (DGAE, n. 22-24). Insistindo na necessidade de uma mudança estrutural do sistema econômico capitalista, o papa Francisco afirmou que “este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco”¹.

¹ Papa Francisco. Discurso aos Movimentos Populares. Fonte: [http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_\(texto_integral\)/1157336](http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336). Acesso em 15/10/2015.

- c) O secularismo, casado com a teologia da prosperidade, nega ou foge da cruz e manipula ideologicamente a mensagem do evangelho a ponto de gerar “filhos” amorais, irracionais, desintegrados, anômalos, excessivamente sentimentais, desequilibrados emocionalmente, panteístas, voltados para espiritualismos esquisitos como a adoração a objetos de desejos ou ao próprio corpo, narcisistas, fundamentalistas, dominados por tradicionalismos ou por inovações vazias de sentido e de conteúdo, personalistas e obcecados pelo sucesso, pela busca de vantagens e privilégios (DGAE, n. 21). Quando esse “casamento” se torna o motor do catolicismo, o sentido de pertença eclesial, o vínculo comunitário, a dimensão missionária, o engajamento pastoral e na vida social, a valorização dos leigos e leigas, enfim, toda a dimensão libertadora do evangelho passa a ser desprezada. As celebrações litúrgicas se transformam em ritualismos, as homilias se transformam em meros discursos, o ecumenismo vira proselitismo, a esperança se transforma em alienação e desespero (DGAE, n. 26). A fé em Jesus Cristo, a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II e dinamizada pela teologia da libertação latino-americana, agora coroada pelas cartas e pelo testemunho de vida do papa Francisco, tem promovido, animado e sustentado inúmeras iniciativas populares e eclesiais de defesa da vida e da dignidade humana, tais como as pastorais, romarias, comunidades, organizações e movimentos sociais, entre outros.

1.1.2 Desafios e oportunidades

7. Essas marcas também revelam desafios e potencialidades para a Ação Evangelizadora. A presença de Deus tem sido

fortemente percebida nestes tempos marcados por crises e oportunidades nas relações sociais, nas expressões culturais, na consciência ecológica, no desenvolvimento econômico, na participação política e na ação pastoral. Se, por um lado, as relações sociais são atingidas pela superficialidade da informação, pela frieza das ciências, pela idolatria do mercado, pela destruição do meio ambiente, pela corrupção, por práticas religiosas contrárias ao Evangelho. Por outro, percebem-se avanços e conquistas na perspectiva da democratização da comunicação, aumento da expectativa e da qualidade de vida, iniciativas de cooperativismo, de agroecologia e de economia solidária, maior cuidado e proteção do meio ambiente, fortalecimento da democracia e da ética na política. Emergem inúmeras experiências de organização comunitária de formação e missão, voltadas para a caridade e o testemunho da fé cristã. Da ambiguidade do contexto cultural atual, emerge a afirmação do valor fundamental do ser humano, de sua liberdade, consciência e experiência, bem como do sentido da vida e da transcendência. Podemos perceber a presença do Espírito na luta contra as discriminações, na promoção dos direitos da mulher, na defesa dos direitos humanos e de determinados grupos culturais e étnicos, na busca pela justiça social e de “outro mundo possível”. Muitas dessas iniciativas são motivadas pelo próprio Evangelho.

8. Ao observar, analisar e enfrentar os desafios do nosso tempo, assumimos o olhar do discípulo-missionário de Cristo. Esse olhar parte de Jesus Cristo e está atento, inquieto, cheio de esperança e capaz de impulsionar uma ação transformadora da realidade atual. O olhar misericordioso de Deus se volta para o pobre, o injustiçado, o excluído, o pequeno, o sofredor, o discriminado em seu

processo de libertação. A expressão deste olhar se torna visível nas comunidades eclesiais de base, nas pastorais sociais, nas escolas de formação de lideranças pastorais, em fóruns, conselhos, comitês, romarias, lutas e organizações populares, e em inúmeras outras iniciativas e expressões de edificação do Reino de Deus que, nos últimos anos foram fortalecidos ou receberam apoio em documentos como os do Concílio Vaticano II, das Conferências Episcopais Latino Americanas e Caribenhas, das Conferências dos Bispos do Brasil, bem como dos documentos pontifícios, sobretudo a Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, a Carta Encíclica *Laudato Si'*, a proclamação do Ano da Misericórdia, entre outros.

1.2 MARCAS DA REALIDADE CATARINENSE

9. Nosso olhar sobre a realidade catarinense, num tempo marcado por profundas mudanças e transformações, constata luzes e sombras. Nesse novo contexto, a realidade tornou-se mais complexa, ensinando-nos a olhá-la com mais humildade.
10. Pelo menos os aspectos culturais, sociopolíticos, econômico-ecológicos e religiosos precisam ser contemplados, para captarmos os novos desafios que emergem como interpelações do Espírito à nossa ação pastoral. Como afirma o Documento de Aparecida, não é o mundo que está na Igreja, mas é a Igreja que está no mundo (DAP, n. 44). Por isso, nosso olhar sobre a realidade deve partir do que se passa no mundo, a começar pelo aspecto cultural, seguindo a metodologia do Documento de Aparecida.

1.2.1 Aspectos culturais

11. A riqueza e a diversidade cultural da população catarinense podem, neste momento, representar um papel importante na afirmação e valorização da identidade catarinense. O processo de povoamento do Estado deu origem a um mosaico de etnias, cada uma com seus valores e tradições. Estas, porém, estão se perdendo diante da imposição de uma “cultura norte-americanizada” e massificante.
12. Nossos primeiros habitantes foram os indígenas. Das expropriações de suas terras, restam hoje comunidades guaranis, xoklengs e kaingang, que continuam lutando pela sobrevivência e reconhecimento de seus espaços culturais, sabedoria e espiritualidade. Em meio a esses povos encontram-se descendentes de portugueses vicentistas, aqui aportados no século XVI, e açorianos, no século XVIII. No processo de colonização desencadeado pela coroa portuguesa, foram também trazidos africanos, sobretudo dos povos bantos, sudaneses, nagôs e jejês, num primeiro momento como escravos e, num segundo, como libertos sem direitos. Ainda hoje, eles são contados entre os mais pobres; no entanto, apresentam ricas tradições, religiosidade e criatividade.
13. Da miscigenação desses povos nasceram os caboclos, presentes em grande parte do território catarinense. Da valentia em defender sua dignidade e seus direitos sobreveio o Conflito do Contestado (1912-1916), ainda hoje vivamente presente na identidade e religiosidade popular, que se tem como referência exemplar os ensinamentos do profeta “João Maria”. Destacamos a ampla participação do Regional Sul 4 na celebração do Centenário do Contestado.

14. Na segunda metade do século XIX, buscando melhores condições de vida, chegaram outros imigrantes europeus: alemães, italianos, poloneses, ucranianos, austríacos. Esses povos imprimiram uma forte marca no Estado, contribuindo para o seu desenvolvimento, sobretudo com a industrialização. No século XX, também fugindo das guerras e de suas consequências, aportaram aqui asiáticos que, além de sua rica cultura, oferecem grande contribuição, sobretudo à agricultura.
15. Nos últimos anos, motivados pela possibilidade de empregos e de estudos ou fugindo de conflitos e guerras de seus países de origem, muitos outros migrantes vieram compor a população catarinense, destacando-se os haitianos, senegaleses, sul-africanos, costa-riquenhos, sírios e árabes. Constatamos, também, a presença de migrantes provenientes de outras unidades da federação brasileira.
16. A partir de meados do século passado, o Estado passou por um amplo processo de urbanização. Atualmente², dos 6,8 milhões de habitantes, distribuídos em 295 municípios, 84% vivem em áreas urbanas e apenas 16% no meio rural. A conhecida imagem de um Estado sem grandes cidades, com população bem distribuída em municípios de médio e pequeno porte, foi sendo superada pela formação de grandes núcleos concentradores da população. A região da Grande Florianópolis já passa dos 800 mil habitantes; Joinville passa dos 500 mil. As dez cidades mais populosas de Santa Catarina concentram 39% da população, enquanto que 90% dos municípios contêm apenas 40% da população.

² Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=sc>. Acessados em 15/10/2015.

17. O movimento de concentração populacional também apresenta a marca da litoralização. Os 10 municípios catarinenses com maior aumento populacional no período de 2000 a 2010 estão no litoral. Nove dos dez municípios que mais decresceram em sua população neste período estão na região serrana e oeste catarinense.
18. Em 2010 havia em Santa Catarina mais de 30 mil crianças com idade de 05 a 14 anos que nunca haviam frequentado creche ou escola, quase metade destas crianças e adolescentes tinham de 10 a 14 anos de idade. Por mais que esteja acima da média nacional, em Santa Catarina, 62,6% das crianças de até 3 anos de idade não frequentam a creche/escola³. Atualmente, no País 82,2% das crianças de 4 a 5 anos estão na escola. Em Santa Catarina esse percentual sobe para 84,6%. Em 2013, 88,5% dos matriculados no Ensino Fundamental, e 86,5% dos matriculados no Ensino Médio estudavam em escolas públicas. Segundo os dados do IBGE, no ano de 2010, 8,3% (524.209 pessoas) tinham Ensino Superior completo. No mesmo ano, 247.406 pessoas frequentavam o ensino Superior de graduação. Destas, apenas 21% (52.533 pessoas) frequentavam instituições de Ensino Público⁴.
19. Cabe também mencionar um grande desenvolvimento nas áreas da informação e da comunicação, embora concentradas nas mãos de alguns grupos econômicos. Salta aos olhos a multiplicidade de revistas e jornais diários e semanais, em grande número dos municípios do Estado. Ressalta-se, também, a luta pela democratização dos meios

3 Dados disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=ce nsodemog2010_educ. Acessados em 20 /10/15. Disponíveis também em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/censo-escolar/indice>.

4 Dados disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=ce nsodemog2010_educ. Acessados em 27/10/2015.

de comunicação e, principalmente, a construção de meios alternativos, com destaque às rádios comunitárias. Por outro lado, dados indicam que apenas 29,4% da população possuem acesso à internet, prova de que a modernidade continua sendo um privilégio para poucos.

20. As redes sociais de comunicação ampliaram a possibilidade e facilidade de se comunicar; todavia, nos preocupa o chamado “vício eletrônico”, a falta de responsabilidade e de critérios éticos, bem como de regulação e enquadramento legal na utilização da internet e das redes sociais. Outro risco é o uso indisciplinado das redes sociais para fins ilícitos, sobretudo em prejuízo do público infanto-juvenil que é, sem dúvida, o mais vulnerável e vítima de roubos, pedofilia, difamação, discriminação e outros crimes que se praticam através da internet.
21. A Igreja avançou consideravelmente no âmbito da comunicação. Todas as dioceses oferecem uma diversidade de conteúdos formativos e informativos, através de diferentes meios, para uma grande parcela da população. O Diretório de Comunicação da CNBB oferece uma importante contribuição na reflexão acerca da comunicação.

1.2.2 Aspectos sociopolíticos

22. O último censo demográfico brasileiro (2010) revelou que Santa Catarina, menor estado da Região Sul em extensão territorial e populacional, tem 6.248.436 habitantes distribuídos em 295 municípios numa área territorial de 95.733,978 Km², cuja densidade demográfica é de 65,27hab./km². Seu crescimento demográfico é de 1,57% ao ano e a maioria da população reside em áreas urbanas (84%). De 2000 para 2010, houve diminuição de 7,7% da

população de 0 a 17 anos de idade, crescimento de 26,04% da população de 18 a 59 anos e crescimento de 52,62% da população de 60 anos ou mais, indicando mudança no perfil demográfico do Estado, com redução dos grupos populacionais de menor idade e um incremento da população economicamente ativa e idosa.

23. Se, por um lado, fala-se da diminuição do interesse pela política, enquanto mediação de mudanças, dentro dos parâmetros da democracia formal, que está em crise, por outro, constatamos uma ampla mobilização da sociedade tendo como foco a política. Muitas lideranças, inclusive as mais identificadas com os setores populares, ao assumirem o poder político negam suas origens e esquecem os projetos que outrora defendiam, corrompendo-se. Poucas lideranças permanecem fiéis às propostas de uma sociedade mais justa e solidária para todos. O centralismo, a corrupção e a falta de participação popular na política catarinense ainda são muito fortes.

24. Algumas iniciativas de administrações populares, felizmente, apresentam algumas mudanças para a população, gerando nova esperança em relação à política. A Lei 9.840, de 1999, e a Lei da Ficha Limpa, de 2010, estabelecem medidas contra a corrupção eleitoral e têm oferecido mudanças nos processos eleitorais e na consciência política da população, sem ter eliminado, contudo, o clientelismo da compra e venda de votos. Ambas as leis foram aprovadas graças ao grande empenho e mobilização da Igreja na coleta de assinaturas em todo o Brasil. Outro projeto que está atualmente mobilizando a Igreja e a sociedade é o abaixo assinado pela Reforma Política. Mesmo tendo alcançado o número mínimo de assinaturas para ser encaminhado como prioritário, esse projeto de lei foi engavetado.

25. Dentro do atual modelo econômico liberal capitalista globalizado, os sindicatos estão perdendo sua capacidade de mobilização. Estão mais voltados para demandas de sua própria categoria, em detrimento de outras lutas mais amplas do movimento social. As lutas populares estão dispersas e pouco articuladas, não havendo uma unidade de projetos e trabalho de base, com metodologia insuficiente e incapaz para atrair os setores excluídos e empobrecidos. Esse enfraquecimento do campo popular tem como consequência a redução de representantes políticos e, por sua vez, de direitos sociais e trabalhistas já conquistados. Em contrapartida surgem inúmeras iniciativas populares comprometidas com a defesa dos direitos da população empobrecida, como as organizações da sociedade civil, as associações comunitárias, os movimentos sociais e os grupos de cooperação, entre outros, ainda que restritos às questões locais e ao cotidiano das comunidades.
26. Na esfera das políticas públicas, há empenho de lideranças e instituições sociais e religiosas em participar de conselhos e fóruns, ainda que de forma pouco orgânica e eficaz. Falta conhecimento do aparato estatal ou, quem sabe, de um projeto de sociedade capaz de superar a fragmentação, a manipulação e a crescente privatização dos bens públicos. Urge maior priorização e empenho dos cidadãos nos espaços de discussão e deliberação das políticas públicas, capazes de garantir os direitos dos mais pobres, dos indígenas, dos migrantes, dos idosos, dos jovens, das crianças, das famílias, na perspectiva da construção de uma sociedade onde caibam todos. Nesse sentido, destaca-se a importância da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina para garantir a cidadania por meio de assistência jurídica integral à população empobrecida.

27. A família sofre grande desconfiguração na pós-modernidade, com graves consequências pessoais, comunitárias e sociais. Hoje existem inúmeras configurações familiares, com crescimento daquelas que se estruturam pelos laços afetivos mais do que pelos consanguíneos. Tem-se dificuldade de ir ao encontro das famílias marcadas pela violência, alcoolismo, machismo, desemprego, drogas, e de acolher os casais divorciados recasados, as pessoas homoafetivas e as pessoas com deficiência.

1.2.3 Aspectos econômico-ecológicos

28. Vive-se atualmente uma situação de crise econômica mundial, própria do modo capitalista de produção, que favorece a centralização e a concentração do capital nas mãos de apenas alguns privilegiados. Com os efeitos da crise, sofrem particularmente os mais pobres, pelo crescimento do desemprego em todo o mundo, pela diminuição das oportunidades de crédito, pelo fato de os Estados deixarem de investir nas prioridades sociais, para destinar recursos à “salvação” das grandes empresas, dos bancos, e assim por diante.
29. Santa Catarina conta com uma economia dinâmica e diversificada, afinada com as exigências do mercado, em grande medida voltada para a exportação, dentro do atual processo de globalização capitalista neoliberal. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina-FIESC (2013)⁵, a economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos polos: cerâmico, carbonífero, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal

⁵ Dados disponíveis em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/censo-escolar/indice>. Acessados em 21/10/15.

no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro na Região Serrana e tecnológico na Capital. A indústria de base tecnológica, além de estar presente na Grande Florianópolis, também se destaca em Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joinville. Acrescenta, ainda, que a indústria de transformação catarinense é a quarta do País em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos de artigos do vestuário e alimentar são os que mais empregam, seguindo-se o de artigos têxteis.

30. Este é um modelo econômico que gera progresso, mas não para todos, além de agredir a natureza. O agronegócio e o hidronegócio são exemplos desse sistema econômico excludente e predatório. O agronegócio, atividade agropecuária que se caracteriza pelo monocultivo em grandes propriedades, gera concentração da terra e controle da produção e do capital por grandes empresas nacionais e multinacionais. Em Santa Catarina, inúmeros agricultores estão integrados às agroindústrias produtoras de carnes (aves e suínos), leite, fumo e a outras cadeias produtivas, sendo mal remunerados, tornando-se reféns em suas propriedades, privando-se da vida comunitária e de outras atividades e organizações sociais. Além disso, a exploração da mão de obra, que em não poucos casos se traduz em doenças crônicas atinge, sobretudo, os trabalhadores dos frigoríficos. Constata-se como elemento positivo o fato de o Estado de Santa Catarina ser livre da febre aftosa.
31. O hidronegócio consiste na exploração da água, sobretudo, para gerar energia por meio das barragens; como consequência, acontece a inundação de grandes áreas agrícolas, a expulsão de moradores e a destruição da fauna e da

flora locais, bem como o agravamento das mudanças climáticas. A mercantilização e a privatização da água, como no caso da aquisição das fontes de água mineral de Santa Catarina por empresas multinacionais, são outros problemas. Somam-se a isso, a redução dos postos de trabalho na agricultura familiar e camponesa, o êxodo rural, a falta de produção de alimentos para o consumo interno, e o uso de agrotóxicos, que compromete a saúde de trabalhadores e consumidores. A manipulação genética e a propriedade das sementes por parte de empresas transnacionais são uma ingerência em nossa rica biodiversidade e uma apropriação ilegítima da sabedoria milenar de nossos povos.

32. As mudanças climáticas, resultantes desse modelo de desenvolvimento predatório e insustentável, têm atingido severamente nosso Estado. Nos últimos anos, tivemos vários desastres ambientais em Santa Catarina: em 2004 o Furacão Catarina, em 2005 a pior seca em 42 anos, em 2008 e 2011 enchentes no Vale do Itajaí, e em setembro de 2009 tornados em três regiões do Estado. O problema das secas, temporais e enchentes afetam constantemente grandes regiões de nosso Estado.
33. Apesar do agronegócio, a maioria dos agricultores catarinenses está ligada à agricultura familiar, que vem registrando aumento de produtividade nos últimos anos. Segundo dados do IBGE (Censo Agropecuário 2006), a agricultura familiar em nosso Estado é constituída de 168 mil propriedades, englobando 82% do/as trabalhadores/as rurais e 44% da área agrícola, e responde por 63% da produção agropecuária. Por outro lado, os dados revelam a presença de grandes latifúndios que somam 0,3% das propriedades rurais, ocupando 16,5% da área de Santa Catarina e são áreas de baixa produtividade.

34. Tanto no campo como na cidade percebe-se o crescimento da consciência ecológica, sendo um exemplo disso a formação de grupos de agricultores que produzem em bases sustentáveis, preservando a natureza e a saúde do produtor e do consumidor. Emergem, também, muitas associações e cooperativas no mundo urbano, tais como de catadores, quintais produtivos, feiras de economia solidária, pastorais, iniciativas educacionais que apontam para um novo modo de viver e de se relacionar com o meio ambiente.
35. A pesca é um setor que vem crescendo em Santa Catarina, com um rápido desenvolvimento do cultivo de peixes e moluscos, especialmente no litoral. Infelizmente, a pesca artesanal sofre grandes prejuízos com o crescimento da pesca industrial predatória. Uma incipiente Pastoral da Pesca tem sido instrumento de defesa da natureza e dos direitos dos pescadores artesanais.
36. O turismo, em sua gama de possibilidades, abrange desde as belezas naturais até ao patrimônio histórico-cultural, oferecendo, também, uma atividade econômica cada vez mais importante em Santa Catarina. Além da necessidade de uma eficaz Pastoral de Turismo, essa realidade traz o desafio da interação entre população nativa e populações transitórias, entre cultura dominante e valores autóctones, uma vez que o turismo litorâneo é um dos fatores de forte imigração, não somente de brasileiros, sobretudo das regiões sul e sudeste do país, como de estrangeiros.
37. O cooperativismo tem forte presença em Santa Catarina. No modelo mais tradicional, ligado à Organização das Cooperativas de Santa Catarina⁶ (OCESC), em 2015, havia

⁶ Dados disponíveis em: <http://www.ocesc.org.br/>. Acessados em 15/10/15.

254 cooperativas registradas, constituídas desde grandes agroindústrias até de pequenos grupos de artesãos, com 1,6 milhões de cooperados, representando 15,9% do PIB do Estado. Esse modelo carrega consigo as marcas da centralização e de pouca transparência para com os cooperados nas decisões estratégicas e no controle real dos negócios. Num modelo renovado, encontra-se o cooperativismo oriundo das pastorais e movimentos sociais, como as Cooperativas da Reforma Agrária, ligadas ao MST, os grupos nascidos com o apoio da Cáritas Brasileira e outros empreendimentos articulados na rede de Economia Solidária. É significativo o número desses empreendimentos de auto-gestão, constituindo uma alternativa para muitas pessoas ganharem a vida fora dos padrões do modelo econômico atual. O cooperativismo de crédito apresenta-se também em franco crescimento, tanto no campo como na cidade, com esforços de rompimento com os vícios do sistema bancário tradicional, voltando seus serviços também para os pequenos empreendedores urbanos e para os agricultores familiares.

38. Entre as 27 unidades da federação, Santa Catarina ocupa o 3º melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ e a 6ª posição do Produto Interno Bruto (PIB), participando com 4% do PIB nacional. Mesmo assim, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio⁸, 3,9% da população permanece sem ocupação. Segundo a mesma pesquisa, 8,9% dos trabalhadores não possuem carteira assinada.

⁷ Dados disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acessados em 15/10/15.

⁸ Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/calendario.php#9>. Acessados em 22/10/15.

39. Continuamos com graves problemas sociais, tais como a persistência do trabalho infantil e da prostituição infanto-juvenil, o sub-emprego e a concentração da renda, que geram grandes bolsões de pobreza. Há também problemas de infraestrutura provocados pelo crescimento desordenado das principais cidades, a favelização, a ocupação desordenada do solo, o trânsito cada vez mais violento, com sistemas de transporte coletivos deficitários e caros, etc. O número de mortos no trânsito, segundo o Ministério da Saúde (DATASUS), em 2012 foi de 1.916 óbitos, e em 2013, foi de 1.685⁹. Além disso, em 2013¹⁰, Santa Catarina ostenta um dos piores índices de coleta de esgoto do país, com o atendimento a apenas 16% da população e, 16% dos catarinenses não tinham acesso à rede de distribuição de água. Em 2008¹¹, o déficit habitacional era de 95.590 moradias.
40. A desigualdade social, a falta de políticas públicas, a falta de acesso à cultura e educação de qualidade, a falta de respeito aos direitos humanos, a discriminação e o preconceito, entre outros fatores, trazem graves consequências para a sociedade, como a violência. As causas da violência são complexas. Envolvem o êxodo rural e inchaço das grandes cidades, desemprego e falta de oportunidades de educação e trabalho para a população empobrecida. É grave o problema da segurança pública em nosso Estado. O número de óbitos por causas externas é assustador. Dados do DATASUS¹² mostram que, em 2013, foram mortas 4.018 pes-

9 Dados disponíveis em: http://vias-seguras.com/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_estaduais/estatisticas_de_acidentes_no_estado_de_santa_catarina. Acessados em 15/10/15.

10 Dados disponíveis em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2013>. Acessados em 15/10/15.

11 Dados disponíveis em: <http://www.portalsinduscon.com.br/portal/wp-content/uploads/2015/06/deficit2008.pdf>. Acessados em 15/10/15.

12 Dados disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf-def>. Acessados em 15/10/15.

soas. Se considerarmos apenas a população na faixa etária de 15 a 29 anos, nesse mesmo ano, o número de mortos por causas externas foi de 1.224 jovens. A Igreja no Brasil tem manifestado uma preocupação especial para com as crianças, adolescentes e jovens, e que precisam de maior atenção por parte das nossas comunidades eclesiais, pois são os mais expostos ao drama do abandono e ao perigo das drogas, da violência, da venda de armas, do abuso sexual, bem como à falta de oportunidades e perspectivas de futuro (DGAE, n. 113).

1.2.4 Aspectos religiosos

41. Em Santa Catarina, ainda que 73,1% da população se definam como católicos romanos, há um crescente pluralismo religioso. Segundo dados do IBGE/Censo 2010¹³, numa população de 6,2 milhões de habitantes havia então 4,6 milhões de católicos romanos e 15 mil católicos ortodoxos e brasileiros (0,3%), 1,4 milhões de evangélicos (20,4%), 99 mil espíritas (1,5%), 10 mil adeptos das religiões afro-brasileiras (0,2%), membros do judaísmo, islamismo, hinduísmo e budismo somam 5,2 mil pessoas (0,1%). Em torno de 18 mil pessoas (0,4%) pertencem a outras denominações ou têm múltiplo pertencimento e 3,4% que se declaravam sem religião. As Igrejas históricas protestantes estão colocadas juntas com os movimentos religiosos pentecostais, embora se saiba que elas são de outra índole, tanto que com elas há um edificante diálogo ecumênico, tal como se estabelece no âmbito do Conselho de Igrejas para Estudo e Reflexão - CIER.

¹³ Dados disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=censodemog2010_relig. Acessados em 15/10/15.

42. No seio do catolicismo, há uma rica presença de diversas expressões da religiosidade popular. É em torno dessas expressões que, sobretudo, o povo simples tem mantido sua fé e se evangelizado. Nos últimos tempos, o Santuário de Santa Paulina e o da bem-aventurada Albertina têm atraído um número cada vez maior de pessoas ligadas ao catolicismo popular e ao turismo religioso, bem como outros santuários e romarias no Estado.
43. Como em toda parte, a mentalidade individualista alastrou-se também no campo religioso. Num contexto pluralista, cada vez mais o indivíduo tende a escolher sua religião. Mesmo quando adere a uma instituição religiosa, ele tende a escolher crenças, ritos e normas que lhe agradam ou então se refugia numa adesão parcial, com fraco sentido de pertença institucional. O indivíduo tende a fazer uma espécie de mosaico religioso, justapondo à sua religião pessoal fragmentos de doutrinas e práticas de várias religiões, quando não adotando práticas esotéricas. Constata-se a tendência à inversão do sentido da experiência religiosa. Em lugar de vivência da fé em relação a Deus e ao próximo, a fé é vista por uma ótica utilitarista, que se constitui na busca de bem-estar interior, terapia, sucesso na vida e nos negócios, nos moldes da “teologia da prosperidade”. Nesse contexto, a grande mídia e alguns programas da mídia católica contribuem para a banalização da religião, não somente reduzindo-a a esfera privada, como a espetáculo para entreter o público.
44. A caminhada da Igreja Católica em Santa Catarina também se dá em meio às luzes e sombras de nosso tempo. Além de nossas debilidades internas, sofremos o impacto do que se passa na sociedade. Nossa identidade católica e sentido de pertença institucional, em outros tempos fizeram

de nosso Estado um celeiro de vocações, particularmente presbiterais e religiosas. Hoje se constata um grande decréscimo destas vocações. As lideranças leigas, hoje muito melhor formadas pelo louvável trabalho das inúmeras escolas de formação para leigos, também têm escasseado, fato atribuído à sobrecarga de tarefas e compromissos das pessoas.

45. Nota-se, como constatou Aparecida, a volta do clericalismo, também em leigos. Em alguns espaços eclesiais, há tendência à centralização das decisões, insuficiente valorização da mulher, que, apesar disso, participa ativamente das comunidades, animando e dinamizando a vida comunitária e a caminhada pastoral e o desconhecimento da teologia litúrgica. Daí a importância de esforços por consolidar espaços de divisão de responsabilidades, como são os Conselhos (Econômico e Pastoral) e as Assembleias de Pastoral, as equipes de coordenação dos diferentes serviços e a elaboração de planos pastorais, fruto de processos de participação de todos os membros interessados das comunidades. Nessa perspectiva, são louváveis os esforços na organização dos Conselhos de Leigos e na multiplicação de Grupos Bíblicos de Família/Reflexão que, em torno da Palavra de Deus, da vida de oração e do serviço na Igreja e na sociedade, se constituem mediações privilegiadas para comunidades eclesiais de tamanho humano, a exemplo das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.
46. Apesar das dificuldades, o serviço na sociedade, especialmente os dirigidos aos mais pobres, tem sido sustentado pela Pastoral Social, em seus múltiplos campos, como: Cáritas, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Criança, Pastorais da Juventude, Pastoral da Saúde, CIMI, Pastoral do Menor, Pastoral Carcerária, Pastoral da Pessoa Idosa,

Pastoral da Sobriedade, etc. Há empenho em realizar bem as Campanhas da Fraternidade, que têm sido fator importante de presença pública da Igreja e que fortalecem os Fundos Diocesanos de Solidariedade, embora se tenham de admitir as dificuldades da Igreja em assumir, de modo mais concreto e orgânico, as iniciativas das pastorais sociais, em comprometer-se com as lutas sociais, como as dos comitês pela ética na política, o Grito dos Excluídos, etc. Faltam voz e presença profética diante dos abusos econômicos e sociais, da exclusão de parcela significativa da população e da violência urbana e rural. Tem-se dificuldade em abrir-se para a sociedade e de se fazerem parcerias com entidades da sociedade civil, em prol de uma sociedade justa e solidária. É ainda tímida a presença pública da Igreja na sociedade, na mídia, nos meios de formação de opinião pública, sobretudo no meio universitário. Na cidade, como disse Aparecida (n. 513), não se sabe bem como chegar aos condomínios fechados, aos edifícios e às periferias. Não há opção efetiva por uma pastoral missionária, criativa, inovadora, que invista no social, tendo a opção pelos pobres como marca da ação cristã. Há pouca abertura para a caminhada ecumênica e para o diálogo inter-religioso e com o mundo das ciências.

47. Uma expressão de maturidade na fé e corresponsabilidade eclesial, que está ganhando corpo é a Pastoral do Dízimo, cujos recursos se encontram, cada vez mais, sob a administração de leigos, organizados em Comissões de Assuntos Econômicos, dentro dos Conselhos de Pastoral, e cuja aplicação tem sido voltada para a manutenção dos serviços de evangelização. De modo geral, é invejável a estrutura física e econômica de grande parte de nossas comunidades eclesiais, comparada com as de outras regiões do

país. Muitas dessas estruturas também se encontram abertas à sociedade, sobretudo àqueles grupos e organismos integrados por cidadãos membros da comunidade eclesial. Por outro lado, em muitas comunidades e paróquias, há uma preocupação excessiva com os investimentos em estruturas físicas, em detrimento do investimento na formação de lideranças e nos trabalhos pastorais.

48. Respaldado por Aparecida, crescem em todas as dioceses, também pela atuação dos Conselhos Missionários Diocesanos (COMIDIs) e Regional (COMIRE), o espírito e o empenho missionário. O ministério de missionários, principalmente por meio das Missões Populares nas paróquias, tem sido uma descoberta do carisma missionário de todos os batizados. Fruto desse esforço é a disponibilidade de grande número de leigos, especialmente de mulheres, para o ministério da visitação e da bênção das casas. Crescem também iniciativas como as Missões Jovens, realizadas na maioria das dioceses e também em âmbito Regional.
49. Todos nós experimentamos a dificuldade de passar de uma “pastoral de conservação”, como diz Medellín (n. 6,1), para uma pastoral decididamente missionária e profética, como afirma Aparecida. Nossa ação pastoral, em grande medida, ainda é refém da sacramentalização e do tradicionalismo. Nesse sentido também se notam inúmeras práticas religiosas marcadas pelo devocionismo, pelo ritualismo e pelo milagrismo. Trata-se de um modo de ser Igreja que não convoca e não compromete suficientemente para o discipulado e a missão, para a corresponsabilidade e a solidariedade. Por isso, percebe-se que a experiência de Deus em Cristo, no efetivo compromisso com a transformação da sociedade e com a evangélica opção preferencial pelos pobres é fragmentada.

50. Uma das causas dessa dificuldade é a insuficiência na formação religiosa, tanto do clero como dos leigos. O clero, por falta de uma mais esmerada formação permanente, e os leigos, em grande medida, por falta de oportunidade ou de possibilidades de acesso a cursos bíblicos e teológico-pastorais. A falta de aprofundamento na mensagem revelada e nos conteúdos da fé gera o superficialismo, o subjetivismo e o desinteresse e, por vezes, a confusão de crenças, a ineficiência da evangelização, a carência de participação comunitária e de empenho profético e a incapacidade de dar respostas às questões próprias do pluralismo cultural e religioso que caracteriza nossa sociedade.
51. Ligada à falta de formação está a falta de uma espiritualidade mais profunda, tão necessária, sobretudo aos que exercem responsabilidades ou ministérios de coordenação na Igreja. O distanciamento de uma espiritualidade bíblica e eclesial leva a fazer de Deus um objeto de desejos pessoais, e, conseqüentemente, o indivíduo, nessa situação, em lugar de servir à Igreja, serve-se dela para alcançar determinados interesses que não contribuem com a edificação do Reino de Deus. Consideramos a importância de inúmeras iniciativas formativas nos diversos níveis de nosso Regional, bem como a necessidade de maior expansão da FACASC em prol das iniciativas formativas diocesanas.
52. O atual processo crescente de fragmentação do tecido social se faz sentir também na fragmentação do tecido eclesial. Uma das expressões dessa fragmentação é a pulverização da ação pastoral. Embora haja muita atividade pastoral, percebe-se falta de unidade no planejamento e na execução da ação projetada. Ou pior, resistência a uma pastoral orgânica e de conjunto, planejada participativamente. Proliferam os projetos pessoais, muitas vezes em

torno de determinada espiritualidade e de seus devocionismos, geralmente alimentados e fortalecidos por alguns canais de TV e emissoras de rádio católicas, que têm exercido grande influência no estilo de vida e religiosidade de nossas comunidades. Há iniciativas pastorais que não passam pelo plano diocesano ou paroquial, como há a tendência de comunidades eclesiais de abdicarem de uma pastoral de conjunto. Em muitos espaços eclesiais, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, além de serem pouco conhecidas, estão praticamente ausentes na ação pastoral. Em um mundo cada vez mais plural e diversificado, globalizado e articulado em redes de iniciativas de toda ordem, a Igreja não pode agir sozinha e muito menos desarticulada internamente, sob pena de ineficácia de sua ação.

CAPÍTULO 2

Iluminando nossa realidade

2.1 PARTIR DE JESUS CRISTO

53. Jesus Cristo é o rosto da misericórdia do Pai (MV, n. 1), é o enviado de Deus (Lucas 4,44), a Palavra feita carne (João 1,14), o Evangelho de Deus para a humanidade (Romanos 1,3). Ele é o fundamento e o ponto de partida de toda Ação Evangelizadora, pois que, como Corpo Místico de Cristo:

- a) **A Igreja vive de Cristo** - Jesus Cristo é a fonte de tudo o que a Igreja é e crê. Em sua missão evangelizadora, ela não comunica a si mesma, mas o Evangelho, que é a palavra e a presença transformadora de Jesus Cristo, na realidade em que se encontra. Nasce daí a contemplação de Cristo, a conversão e o seguimento, como disse o papa Francisco: “a melhor motivação para se decidir comunicar o Evangelho é contemplá-lo com amor, é deter-se nas suas páginas e lê-lo com o coração” (EG, n. 264). Fiel a Jesus Cristo, a Igreja se coloca a serviço do Reino de Deus, à Pessoa de Jesus e à sua mensagem (DGAE, n. 5). Por meio da misericórdia que indica o agir de Deus para conosco, a Igreja, sacramento de salvação no mundo, chega ao coração e à mente de cada pessoa, e de modo especial, daqueles que vivem nas periferias existenciais (DGAE, n. 6). A Igreja, como obra das três Pessoas divinas, é povo de Deus (em relação ao Pai); corpo e esposa de Cristo (em relação ao Filho); templo vivo (em relação ao Espírito Santo) e, como comunhão (*koinonia*) divino-humana, a Igreja cumpre a missão de anunciar o Reino de Deus com palavras e sinais.

- b) A Igreja é lugar do encontro com Jesus Cristo -** Na comunhão eclesial é que o discípulo missionário encontra Jesus Cristo e o descobre como o verbo que arma sua tenda entre nós, o Filho único do Pai, cheio de amor e fidelidade (João 1,14), aquele que sendo rico se fez pobre para a todos enriquecer (2Coríntios 8,9), aquele que sendo de condição divina se esvazia até a morte de cruz (Filipenses 2,5s), aquele que não tem sequer onde reclinar a cabeça (Mateus 8,20), o anunciador do Reino, da graça, da justiça e da reconciliação (Lucas 4,43), aquele que se preocupa com as ovelhas que não fazem parte do rebanho (João 10,16), mesmo que seja uma única que está perdida e sofrida (Lucas 15,4-7). Deste encontro das pessoas com Jesus Cristo, mediado pela Igreja misericordiosa e acolhedora, que se importa com as pessoas em suas realidades, nasce o desejo missionário de testemunhar o Evangelho aos outros em vista da construção do Reino (DGAE, n. 9).
- c) O discípulo missionário de Jesus Cristo a Ele se configura pela alteridade e pela gratuidade -** As atitudes de alteridade (ver o outro como irmão) e gratuidade (amar o outro através de atitudes fraternas e solidárias) são as marcas que configuram a vida do discípulo missionário a Jesus Cristo (DGAE, n. 11). Com as atitudes da alteridade e gratuidade, expressões do amor de Cristo pela humanidade, diante da violência, o seguidor de Cristo promove o perdão e a reconciliação; diante das graves situações que fazem os irmãos sofrerem, se enche de compaixão, clama por justiça e paz e “sabe que só se vence o mal com o bem” (DGAE, n. 12).

- d) **O discípulo missionário exerce sua missão na Igreja “em saída”** - O verdadeiro discípulo missionário tem vínculo afetivo e efetivo com a comunidade dos que descobriram o fascínio por Jesus Cristo, sendo Igreja “em saída” (DGAE, n. 13). O “ide” de Jesus continua sendo um mandato a todos. Mas a quem se deveria privilegiar? “Quando se lê o Evangelho, encontra-se uma orientação muito clara: não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas, sobretudo, aos pobres e aos doentes, àqueles que muitas vezes são desprezados e esquecidos, ‘àqueles que não têm com que te retribuir’ (Lucas 14,14)” (EG, n. 48). A saída exige do missionário “prudência e audácia”, “coragem e ousadia” (DGAE, n. 13). Como “mãe de coração aberto” a Igreja conclama o povo a reunir-se na fraternidade para acolher a Palavra, celebrar os Sacramentos e sair em missão no testemunho, na solidariedade e no claro anúncio da pessoa e da mensagem de Jesus Cristo (DGAE, n. 14). Por isso, o papa Francisco afirma: “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Por isso ela sabe ir à frente, tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. Vive um desejo inesgotável de oferecer misericórdia” (EG, n. 49).

2.2 URGÊNCIAS NA AÇÃO EVANGELIZADORA

54. Do contexto da mudança de época, com todos os riscos e crises decorrentes, emergem cinco urgências, às quais precisamos responder com eficiência em nossa ação evangelizadora.

2.2.1 Igreja em estado permanente de missão

55. A Igreja é missionária por natureza. Em toda a sua história, nunca deixou de ser missionária (DGAE, n. 35). A urgência está na necessidade de anunciar o Evangelho com renovado ardor missionário e com novas metodologias que proporcionem a participação, diálogo e a inclusão, perante os graves problemas éticos e os desafios pastorais da realidade brasileira (DGAE, n. 37). A urgência está, também na coragem de alcançar todas as “periferias” que precisam da luz do Evangelho, porque o distanciamento da vida em Jesus Cristo traz graves consequências para toda a humanidade, como o desrespeito e destruição da vida (DGAE, n. 36; 39). A urgência está ainda em pensar uma pastoral orgânica e de conjunto em Santa Catarina que favoreça a missão, em impregnar todas as estruturas eclesiais da consciência missionária (DGAE, n. 40) e em continuar na superação de todo tipo de proselitismo.

2.2.2 Igreja: casa de iniciação à vida cristã

56. Cada tempo e lugar têm um modo característico de apresentar Jesus Cristo e suscitar o seguimento apaixonado à sua pessoa. Hoje, a mudança de época exige que o anúncio de Jesus Cristo não seja mais pressuposto, porém, explicitado continuamente, ajudando as pessoas a conhecer, a fascinar e a optar por seguir Jesus Cristo (DGAE, n. 41-42). A urgência está em realizar uma iniciação à vida cristã de inspiração catecumenal, que não se esgote na preparação para os sacramentos do batismo, confirmação e eucaristia (DGAE, n. 43); que se fundamente na centralidade do querigma, ou seja, em anunciar Jesus Cristo continuamente (DGAE, n. 44); que caracterize a ação evangelizadora pela acolhida, diálogo, partilha, escuta da Palavra de Deus

e adesão à vida comunitária (DGAE, n. 45); que destaque o lugar que a liturgia ocupa na ação missionária da Igreja e na vida dos que seguem Jesus Cristo (DGAE, n. 46).

2.2.3 Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral

57. “Ignorar as Escrituras é ignorar o próprio Cristo” (São Jerônimo. In. DGAE, n. 47). Quem conhece a Palavra Divina conhece plenamente, também, o significado de cada criatura. Quando ouvida e celebrada na comunhão com os irmãos, gera solidariedade, justiça, reconciliação, paz e defesa de toda criação (DGAE, n. 51). Porém, há muitos povos que ainda não a conhecem e há muitos cristãos que têm necessidade de que a Boa Nova lhes seja anunciada novamente. Particularmente, as novas gerações têm necessidade de ser introduzidas nas Sagradas Escrituras através do encontro e do testemunho autêntico dos adultos, da influência positiva dos amigos, da grande companhia que é a comunidade eclesial (DGAE, n. 49; 52). O cristão, bombardeado a todo o momento por questões que desafiam a fé, a ética e a esperança, precisa estar familiarizado com a Palavra de Deus e com o Deus da Palavra para não se deixar abalar e permanecer firme no seguimento a Jesus Cristo (DGAE, n. 50). A animação bíblica de toda pastoral vai além de uma pastoral bíblica especializada. É um caminho de conhecimento e interpretação da Palavra, um caminho de comunhão e oração com a Palavra e um caminho de evangelização e proclamação da Palavra (DGAE, n. 54), que alimenta a espiritualidade no seguimento de Jesus Cristo. Felizmente esta é a realidade de tantas Comunidades que se nutrem da Palavra de Deus aos domingos

e dos Grupos Bíblicos de Reflexão/Família que se reúnem regularmente para a Leitura Orante da Palavra de Deus.

2.2.4 Igreja: comunidade de comunidades

58. Comunidade implica convívio, vínculos profundos, afetividade, interesses comuns, solidariedade. Sem vida em comunidade não há como efetivamente viver a proposta cristã. Se hoje há forte tendência ao individualismo, também há uma busca por vida comunitária. A comunidade eclesial acolhe, forma, transforma, restaura, adverte, sustenta as pessoas e as envia em missão (DGAE, n. 55). Uma vez que, para muitas pessoas a relação com a Igreja se dá através das paróquias, urge que elas se tornem cada vez mais comunidades vivas e dinâmicas de modo a propiciar viva comunhão e missão (DGAE, n. 56). A paróquia é uma comunidade de comunidades e é constituída por diversas formas de vida comunitária: CEBs, pequenas comunidades que se organizam em torno de um carisma, comunidades ambientais, comunidades afetivas, transterritoriais e virtuais... que assumem a missão evangelizadora de maneira articulada e testemunham a comunhão na pluralidade (DGAE, n. 57-58). No interior da comunidade eclesial, o diálogo é o caminho permanente para a boa convivência, o aprofundamento da comunhão e a promoção do relacionamento intraeclesial e com a sociedade em geral, com as culturas, com os demais irmãos que creem em Jesus Cristo e com outras religiões (DGAE, n. 61). Dois desafios se destacam aqui que precisam ser considerados na ação evangelizadora: a aguda urbanização onde a vizinhança não mais significa tanto e os ambientes virtuais que prescindem os contatos pessoais (DGAE, n. 59).

2.2.5 Igreja a serviço da vida plena para todos

59. A vida é dom de Deus e o Evangelho da vida está no centro da mensagem de Jesus (DGAE, n. 62): “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (João 10,10). Esta é vida nova e eterna que consiste na comunhão com o Pai, a qual toda a humanidade é gratuitamente chamada no Filho, por obra do Espírito Santificador. E é precisamente nesta “vida” que todos os aspectos e momentos da vida do ser humano adquirem pleno significado (EV, n. 1). É por este motivo que a humanidade constitui o primeiro e fundamental caminho da Igreja (EV, n. 2; RH, n. 14). É missão dos discípulos missionários de Cristo o serviço à vida plena. O discípulo missionário toca a miséria humana (EG, n. 270), angustia-se diante de todas as formas de vida ameaçada, desde o seu início, em todas as suas etapas, até a morte natural; promove a cultura da vida; enxerga no rosto dos sofredores, o rosto chagado, destroçado, flagelado do Senhor; não se cala diante da vida impedida de nascer e diante da vida sem alimentação, terra, trabalho, saúde, lazer, educação, liberdade, esperança e fé (DGAE, n. 63; 65). A caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que a Igreja poderia deixar para outros, mas pertence à sua natureza, “é expressão irrenunciável de sua própria essência” (DCE, n. 25). Daí que a Igreja:

- a) ratifica a opção pelos pobres que implica a fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, e que não se restringe a doações caritativas, mas inclui convívio, misericórdia, relacionamento fraterno, atenção, escuta, acompanhamento nas dificuldades, buscando a partir dos próprios pobres, a mudança de sua situação e a transformação social (DGAE, n. 67);

- b) reconhece a importância da atuação no mundo da política e incentiva os leigos e leigas, especialmente os jovens, à participação ativa e efetiva nos diversos setores voltados para a construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário (DGAE, n. 68);
- c) ensina que é preciso avançar na consciência ecológica, pois não somos apenas beneficiários, mas guardiões das outras criaturas (EG, n. 215; DGAE, n. 69).

CAPÍTULO 3

Nossas Ações

3.1 OBJETIVO GERAL

60. EVANGELIZAR,
a partir de Jesus Cristo, na força do Espírito Santo, como Igreja discípula, missionária, profética e misericordiosa, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para que todos tenham vida, rumo ao Reino definitivo.

61. Diante da realidade e das iluminações apresentadas, a CNBB Regional Sul 4 assume o objetivo geral da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019 que, na sessão eclesiológica, acresceu o termo “misericordiosa”. Na Sagrada Escritura, a misericórdia é a palavra chave para indicar o agir de Deus para conosco. O agir misericordioso de Deus tornou-se visível em Jesus Cristo, o rosto da misericórdia do Pai. Ser uma Igreja Misericordiosa é assumir em toda ação evangelizadora o compromisso de atualizar o agir de Jesus Cristo em justiça, bondade, ternura e perdão em todos os meios, principalmente nas “periferias existenciais”, onde as pessoas vivem maior sofrimento; expressão esta da verdadeira conversão pastoral.

3.2 PROJETOS DE AÇÃO

62. A CNBB Regional Sul 4 adota as cinco urgências propostas pelas DGAE 2015-2019 como referência para o seu AGIR. A partir de cada urgência são indicados *projetos de ação*. Estes projetos serão coordenados por alguma organização regional de pastoral. Todavia, toda a Igreja do Regional; dioceses, pastorais, movimentos, organismos..., tem o compromisso de assumir a ação evangelizadora proposta neste plano. A execução das propostas de ação será precedida por um orçamento a ser aprovado pelo CRP.

63. Acolhendo a iluminação e a provocação evangélica feita pelos bispos do Brasil, a CNBB Regional Sul 4 assume os seguintes projetos:

3.2.1 Igreja em estado permanente de missão

3.2.1.1 Animar as missões populares

64. Justificativa

A Igreja é missionária por natureza (AG, n. 2). As missões populares, em suas diversas modalidades, são um caminho eficaz de evangelização (DGAE, n. 77). Por meio desta ação evangelizadora a Igreja coloca-se em “saída”. Sai dos espaços institucionalizados e chega mais perto dos moralmente perdidos, os socialmente excluídos e os religiosamente afastados. As missões populares são também um instrumento de anúncio do amor misericordioso de Deus (MV, n. 18).

65. Propostas de ação

- a) Promover a formação de articuladores diocesanos das Missões Populares por meio de seminários, cursos, oficinas e retiros espirituais.
- b) Oferecer subsídios metodológicos sobre as Missões Populares.
- c) Articular a Pastoral da Visitação.

66. Coordenação do projeto - COMIRE.

3.2.1.2 Animar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso

67. Justificativa

A Igreja Catarinense, em estado permanente de missão, é também desafiada pelo ecumenismo e o diálogo inter-reli-

gioso. Duas dimensões devem integrar a vida e a ação das comunidades eclesiais. “O diálogo e a cultura do encontro tornam-se atitudes necessárias e urgentes diante de manifestações, às vezes violentas, de intolerância em relação a outras expressões de fé e cultos religiosos” (DGAE, n. 81). Por isso, ajudar para que as comunidades se tornem sensíveis à diversidade religiosa e lugar de encontro para uma convivência fraterna é uma necessidade atual, urgente e evangélica.

68. Propostas de ação

- a) Articular a organização de núcleos ecumênicos.
- b) Realizar o encontro regional das Comissões Diocesanas de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso.
- c) Realizar encontros regionais de ministros/as (padres, pastores/as...).
- d) Animar a Semana de Oração pela Unidade Cristã.
- e) Articular a realização de ações sociais conjuntas de respeito à natureza, políticas públicas, combate à intolerância religiosa, etc.

69. Coordenação do projeto - CREDEIR, CEBs e CIMI.

3.2.1.3 Fortalecer a Infância, a Adolescência e a Juventude Missionária

70. Justificativa

O Documento de Aparecida afirma que “as crianças são dom e sinal da presença de Deus em nosso mundo por sua capacidade de aceitar com simplicidade a mensagem evangélica” (DAP, n. 438). Por isso, a Igreja deve valorizar a capacidade missionária das crianças e adolescentes. Elas,

uma vez alimentadas pelo espírito missionário, se tornam evangelizadoras de outras crianças, da família e da própria comunidade. A Infância, Adolescência e Juventude Missionária são meios privilegiados para gerar e nutrir a cultura missionária.

71. Propostas de ação

- a) Articular e/ou fortalecer a Infância, a Adolescência e a Juventude Missionária junto às dioceses.
- b) Promover formação dos assessores e assessoras diocesanos.

72. Coordenação do projeto - COMIRE.

3.2.1.4 Promover a evangelização da juventude

73. Justificativa

“A juventude merece atenção especial. Uma Igreja sem jovens é uma Igreja sem presente e sem futuro” (DGAE, n. 76). A juventude desafia a Igreja a construir práticas que a façam protagonista de sua ação evangelizadora. Isto exige como condição prévia conhecer os jovens com seus anseios, medos, ideais e lutas (Doc. 85 da CNBB, n. 10). Por isso, é importante fomentar ações evangelizadoras que possibilitem a organização dos jovens na Igreja e sua formação integral.

74. Propostas de ação

- a) Reavivar e rearticular a Pastoral Juvenil da CNBB Regional Sul 4.
- b) Realizar a capacitação integral de assessores/as juvenis.
- c) Realizar a Escola Regional de Liturgia para Jovens.

- d) Realizar a Escola Regional de Bíblia para Jovens.
- e) Animar as organizações juvenis na construção de políticas públicas para a juventude em nível municipal, estadual e nacional.
- f) Prosseguir com a Especialização em Juventude da FACASC.

75. Coordenação do projeto - Pastoral Juvenil.

3.2.2 Igreja: casa da iniciação à vida cristã

3.2.2.1 Desenvolver o processo de iniciação à vida cristã

76. Justificativa

A Igreja em Santa Catarina é chamada a desenvolver, em sua ação evangelizadora, o processo de iniciação à vida cristã. Algo que “conduza ao ‘encontro pessoal com Jesus Cristo’, no cultivo da amizade com Ele pela oração, no apreço pela celebração litúrgica, na experiência comunitária e no compromisso apostólico, mediante um permanente serviço ao próximo” (DGAE, n. 83). Este processo pode ser vivenciado a partir de vários métodos. Os bispos do Brasil indicam o método catecumenal. Ele, além de garantir o princípio da formação permanente, aponta para a necessidade de uma “catequese de inspiração bíblica, mistagógica e litúrgica” (DGAE, n. 84).

77. Propostas de ação

- a) Assumir a iniciação à vida cristã, de inspiração catecumenal, à luz do Itinerário da CNBB.
- b) Assegurar a formação sistemática dos interlocutores de iniciação à vida cristã.

- c) Dar continuidade ao seminário regional de liturgia e catequese.
 - d) Envolver as famílias no processo de iniciação à vida cristã.
 - e) Incentivar as pessoas envolvidas no processo catecumenal (crianças, jovens, adultos) a se inserirem na comunidade e nas ações da Igreja.
 - f) Definir um assessor ou assessora da catequese em cada diocese.
 - g) Fomentar uma espiritualidade da misericórdia na iniciação à vida cristã.
78. Coordenação do projeto - Catequese, Pastoral Familiar e Pastoral Litúrgica.

3.2.2.2 Animar a vida litúrgica

79. Justificativa

Na construção do processo de iniciação cristã, a liturgia ocupa um lugar de destaque. Os bispos afirmam que “a melhor catequese litúrgica é a liturgia bem celebrada” (DGAE, n. 86). Desta forma, a pastoral litúrgica deve estar bem articulada para animar a vida litúrgica e possibilitar que os cristãos e cristãs “possam tomar parte das celebrações de forma ativa, consciente e plena” (DGAE, n. 87).

80. Propostas de ação

- a) Articular a constituição da Pastoral Litúrgica, da Comissão de Espaço Litúrgico e da Comissão de Música Litúrgica.

- b) Promover espaços de formação litúrgica em todos os níveis da vida eclesial.
- c) Realizar a escola de canto e música do Regional.

81. Coordenação do projeto - Pastoral Litúrgica.

3.2.2.3 Valorizar as manifestações da piedade popular

82. Justificativa

O Papa Francisco afirma que “as expressões da piedade popular têm muito o que nos ensinar e, para quem as sabe ler, são um lugar teológico a que devemos prestar atenção particularmente na hora de pensar a nova evangelização” (EG, n. 126). As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil proclamam que as “muitas manifestações da piedade popular católica precisam ser valorizadas e estimuladas e, onde for necessário, purificadas. Tais práticas têm grande significado para a preservação e a transmissão da fé e para a iniciação à vida cristã, bem como para a promoção da cultura” (DGAE, n. 88).

83. Propostas de ação

- a) Divulgar o Diretório de Piedade Popular.
- b) Realizar o encontro regional de Santuários.
- c) “Valorizar” as romarias, peregrinações e jubileus.

84. Coordenação do projeto - Pastoral Litúrgica e CEBs.

3.2.3 Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral

3.2.3.1 Fomentar a formação bíblica

85. Justificativa

“Os discípulos de Jesus desejam alimentar-se com o Pão da Palavra. Querem chegar à interpretação adequada dos textos bíblicos, empregá-los como mediação de diálogo com Jesus Cristo, e a que sejam alma da própria evangelização e do anúncio de Jesus a todos” (DAP, n. 248). Por isso, a necessidade de fomentar a formação bíblica em todos os níveis e espaços da Igreja. Em nível Regional os momentos formativos são importantes, animam e capacitam agentes multiplicadores, pessoas que irão ajudar nas escolas bíblicas e outros espaços diocesanos de formação.

86. Propostas de ação

- a) Fazer um levantamento em nível de Regional sobre o que existe de cursos e formações bíblicas.
- b) Articular e promover junto à FACASC e ao CEBI a realização de cursos bíblicos.

87. Coordenação do projeto - FACASC, CEBI e Grupos de Reflexão/Família.

3.2.3.2 Incentivar e reforçar a Leitura Orante da Palavra de Deus

88. Justificativa

A prática da leitura orante é um meio privilegiado de conhecer e rezar a Palavra de Deus. Ela “conduz ao encontro com Jesus-Mestre, ao conhecimento do mistério de Jesus-Messias, à comunhão com Jesus-Filho de Deus e ao testemunho de Jesus-Senhor do universo” (DAP, n. 249). Por isso, deve ser incentivada e reforçada em toda a Igreja (DGAE, n. 98).

89. Propostas de ação

- a) Motivar as dioceses a abraçar o projeto *Lecionautas*.

- b) Motivar as dioceses a usar o método da leitura orante em seus roteiros de Grupos de Reflexão/Família e na catequese.
- c) Fortalecer a cultura do uso da Bíblia em todas as ações promovidas pelo Regional.

90. Coordenação do projeto - Catequese, Grupos de Reflexão/Família e Pastoral Juvenil.

3.2.3.3 Promover a Palavra nos meios de comunicação social da CNBB Regional Sul 4

91. Justificativa

“Entre as novas formas de comunicação de massa, há que se reconhecer hoje um papel crescente à internet, que constitui um novo fórum onde possa fazer ressoar o Evangelho” (VD, n. 113). Por isso, tendo o cuidado para que o mundo virtual nunca substitua o mundo real, é de grande valia a utilização dos meios de comunicação do Regional para promover o anúncio da Palavra de Deus.

92. Propostas de ação

- a) Publicar reflexões bíblicas da liturgia diária.
- b) Indicar fontes para estudo e aprofundamento da Palavra de Deus.

93. Coordenação do projeto - Pastoral Litúrgica, Catequese, PASCOM e Assessoria de imprensa do Regional.

3.2.3.4 Favorecer a formação continuada dos ministros e ministras da presidência da Palavra, do leitorado e do salmista

94. Justificativa

“Investir na animação bíblica da vida e da pastoral, em agentes e em equipes, leva à instituição e à formação continuada dos ministros e ministras da Palavra” (DGAE, n. 101). Da mesma forma, torna-se necessário um processo de formação continuada para os leitores/as e salmistas. Uma formação que trabalhe a dimensão bíblica, litúrgica e técnica dos ministérios.

95. Propostas de ação

- a) Incentivar e apoiar encontros diocesanos de capacitação bíblica, litúrgica e técnica.
- b) Socializar subsídios existentes nas dioceses.

96. Coordenação do projeto - Pastoral Litúrgica.

3.2.4 Igreja: comunidade de comunidades

3.2.4.1 Investir na descentralização e setorização das paróquias

97. Justificativa

“Entre as formas de renovação da paróquia está a urgência de sua setorização em unidades menores, com equipes próprias de animação e de coordenação, para favorecer a maior proximidade com as pessoas e grupos da região e o nascimento de comunidades, pois valoriza os vínculos humanos e sociais. Assim, a Igreja se faz presente nas diversas realidades, vai ao encontro dos afastados, promove novas lideranças e a iniciação à vida cristã acontece no ambiente em que as pessoas vivem” (DGAE, n. 103), a exemplo das primeiras comunidades cristãs que se reuniam nas casas (Atos dos Apóstolos 2,42). Este é um caminho evangélico que revela a importância em investir na

descentralização e setorização das paróquias, formando redes de comunidades.

98. Propostas de ação

- a) Partilhar experiências de descentralização e setorização das paróquias nos espaços colegiados do Regional.
- b) Continuar a reflexão sobre a descentralização e setorização de paróquias.

99. Coordenação do projeto - CEBs.

3.2.4.2 Privilegiar a vivência comunitária da fé

100. Justificativa

A Igreja deve privilegiar a vivência comunitária da fé através da organização e dinamização das pequenas comunidades eclesiais. Comunidades que se revelam como “um ambiente propício para escutar a Palavra de Deus, para viver a fraternidade, para animar na oração, para aprofundar processos de formação na fé e para fortalecer o exigente compromisso de ser apóstolos na sociedade de hoje” (DAP, n. 308). Tais comunidades são “também presença eclesial junto aos pobres, partilhando as suas alegrias e angústias e se comprometendo na construção de uma sociedade justa e solidária” (DGAE, n. 104).

101. Propostas de ação

- a) Fomentar a formação de comunidades de fé nos contextos urbano, rural e virtual.
- b) Resgatar e fortalecer a importância dos Grupos de Reflexão/Família e CEBs como fundamento de uma Igreja “Comunidade de Comunidades”.

- c) Valorizar os carismas específicos das diversas formas de Pequenas Comunidades, de Movimentos, de Associações de leigos, de Grupos de Vida, de Oração e de Reflexão da Palavra de Deus no compromisso com a Igreja local.
 - d) Refletir sobre a importância da misericórdia e da acolhida em nossas comunidades.
102. Coordenação do projeto - CEBs e Grupos de Reflexão/Família.

3.2.4.3 Fortalecer a Pastoral do Dízimo

103. Justificativa

A Pastoral do Dízimo é expressão do compromisso cristão com Deus e com a comunidade de fé. Por isso, é muito importante “que a implantação do dízimo garanta o seu sentido comunitário” (Doc. 100 da CNBB, n. 288). As dioceses de Santa Catarina têm avançado na organização desta pastoral. Entretanto, muitas experiências ficam restritas ao espaço diocesano. A CNBB Regional Sul 4 quer ser um instrumento de articulação e espaço de partilha das experiências diocesanas.

104. Propostas de ação

- a) Organizar uma coordenação regional para a Pastoral do Dízimo.
- b) Viabilizar espaços de partilha de experiências e reflexão.

105. Coordenação do projeto - Pastoral do Dízimo e Pastoral Litúrgica.

3.2.4.4 Suscitar a cultura vocacional nas comunidades

106. Justificativa

O Serviço de Animação Vocacional, SAV, tendo em vista todas as vocações, se torna prioritário “neste novo momento da história da evangelização, colaborando para suscitar e acompanhar vocações para o serviço da comunidade e para a atuação profético-transformadora na sociedade” (DGAE, n. 106). A animação vocacional é um compromisso de toda a Igreja, pois somente desta forma é possível construir uma verdadeira cultura vocacional nas comunidades.

107. Propostas de ação

- a) Realizar o Seminário Regional de Animação Vocacional.
- b) Fortalecer o SAV em todas as dioceses.
- c) Promover as vocações para o serviço à comunidade eclesial e social.

108. Coordenação do projeto - SAV, OSIB, CRP, CRP.

3.2.4.5 Fortalecer as Assembleias e os Conselhos de Pastoral

109. Justificativa

“Para uma Igreja comunidade de comunidades, é imprescindível o empenho por uma efetiva participação de todos nos destinos da comunidade, pela diversidade de carismas, serviços e ministérios” (DGAE, n. 107). O fortalecimento das Assembleias e dos Conselhos de Pastoral é um dos meios para garantir esta participação. Por isso, a CNBB

Regional Sul 4 reafirma a importância destes espaços colegiados de partilha, reflexão e decisão.

110. Propostas de ação

- a) Estimular o crescimento da responsabilidade laical por meio das estruturas de comunhão e participação.
- b) Trabalhar o conceito de “Povo de Deus” nos espaços colegiados em vista da superação do clericalismo.
- c) Promover a importância das Assembleias e Conselhos de Pastoral.

111. Coordenação do projeto - CEBs.

3.2.5 Igreja a serviço da vida plena para todos

3.2.5.1 Desenvolver uma pastoral social estruturada, orgânica e integrsaal

112. Justificativa

“A Igreja, através de uma pastoral social estruturada, orgânica e integral, tem a vocação e missão de promover, cuidar e defender a vida em todas as suas expressões” (DGAE, n. 109). Esta tarefa evangélica a faz testemunhar que “o querigma possui um conteúdo inevitavelmente social: no próprio coração do Evangelho, aparece a vida comunitária e o compromisso com os outros. O conteúdo do primeiro anúncio tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade” (EG, n. 177). A organização das pastorais sociais é também um caminho para concretizar o que o Papa Francisco, em seu discurso aos Movimentos Sociais na Bolívia, pediu: “nenhuma família sem teto, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhum povo sem soberania, nenhuma pessoa sem dignidade, nenhuma criança sem infância, nenhum

jovem sem possibilidades, nenhum idoso sem uma venerável velhice”.

113. Propostas de ação

- a) Fortalecer as pastorais sociais existentes e organizar as que nos desafiam.
- b) Fortalecer o Fórum e os espaços de formação das pastorais sociais.
- c) Contratar uma pessoa liberada para a articulação Regional das pastorais sociais.
- d) Ampliar a participação das pastorais, organismos e movimentos no Seminário das Pastorais Sociais.

114. Coordenação do projeto - CONSER e Fórum das Pastorais Sociais.

3.2.5.2 Promover a participação nos conselhos de direitos e a construção de políticas públicas

115. Justificativa

A Igreja deve promover a participação de seus membros nos conselhos de direitos. Todavia, além “do incentivo aos discípulos missionários para participarem destes Conselhos em nome da Igreja, é necessário implantar processos de capacitação, com adequada formação, para atuarem com competência” (Texto base da CF 2015, n. 238). Também, é missão da Igreja participar da construção de políticas públicas que garantam e promovam a dignidade humana, o bem comum e a justiça social.

116. Propostas de ação

- a) Incentivar a criação, acompanhamento e participação nos conselhos de direitos.

- b) Fomentar a capacitação dos conselheiros.
- c) Apoiar os movimentos populares.
- d) Fazer parcerias com sindicatos, associações, ONGs, movimentos sociais, etc.

117. Coordenação do projeto - Fórum das Pastorais Sociais.

3.2.5.3 Assumir anualmente a Campanha da Fraternidade

118. Justificativa

A Campanha da Fraternidade é uma das “ações eclesiais de maior impacto na sociedade” (DGAE, n. 110). Por meio dela, os cristãos e cristãs são chamados à “prática de gestos concretos de fraternidade, de exercício de uma verdadeira pastoral de conjunto em prol da transformação de situações injustas e não cristãs” (Manual da CF 2015, p. 85). Por isso, a importância de assumir de maneira plena sua realização anual.

119. Propostas de ação

- a) Realizar anualmente o Seminário Regional da CF e acompanhar a realização dos Seminários Diocesanos.
- b) Estimular as dioceses a estruturar suas equipes de Campanhas da Fraternidade.
- c) Incentivar as dioceses a estruturarem o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS).

120. Coordenação do projeto - Cáritas e Coordenação Regional de Campanhas.

3.2.5.4 Organizar ações de acolhida e acompanhamento aos migrantes

121. Justificativa

Diante do crescente número de migrantes que chegam ao estado de Santa Catarina, é urgente a organização de estruturas estaduais e “diocesanas destinadas não apenas a acompanhar os migrantes e refugiados, como também a se empenharem junto aos organismos da sociedade civil, para que os governos tenham uma política migratória que leve em conta os direitos das pessoas em mobilidade” (DGAE, n. 115).

122. Propostas de ação

- a) Organizar em nível regional a Pastoral do Migrante.
- b) Realizar parcerias com o poder público, Centros de Direitos Humanos, Universidades, Rede um Grito pela Vida, Cáritas, etc.
- c) Incentivar a realização da Semana do Migrante nas dioceses.
- d) Estimular as dioceses a abrir uma Casa de Acolhida aos Migrantes.

123. Coordenação do projeto - Fórum das Pastorais Sociais.

3.2.5.5 Educar para a preservação da natureza e o cuidado com a ecologia humana

124. Justificativa

O magistério da Igreja tem dedicado uma atenção especial ao tema da preservação da natureza e o cuidado com a ecologia humana. Tal preocupação ganhou força por meio do Documento 101 da CNBB, “A Igreja e a questão agrá-

ria brasileira no início do século XXI”, e da Carta Encíclica *Laudato Si’* do Papa Francisco. O Papa faz um apelo contundente: “o urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar” (LS, n. 13).

125. Propostas de ação

- a) Assumir o estudo da Carta Encíclica *Laudato Si’* nos diversos espaços de organização pastoral.
- b) Celebrar o Dia Mundial da Água (22 de março), o Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação (1º de setembro), etc.
- c) Realizar a cada dois anos a Romaria da Terra e das Águas.
- d) Incentivar os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) a subsidiar projetos que visam à preservação da natureza e o cuidado com a ecologia humana.

126. Coordenação do projeto - Fórum das Pastorais Sociais.

3.2.5.6 Apoiar as iniciativas em prol da inclusão social e o reconhecimento dos direitos das minorias

127. Justificativa

Na exortação apostólica “Alegria do Evangelho” o Papa Francisco afirma que “Jesus, o evangelizador por excelência e o Evangelho em pessoa, identificou-Se especialmente com os mais pequeninos (cf. Mt 25,40). Isto recorda-nos, a todos os cristãos, que somos chamados a cuidar dos mais frágeis da Terra. Mas, no modelo ‘do êxito’ e ‘individualista’ em vigor, parece que não faz sentido investir para que os lentos, fracos ou menos dotados possam

também singrar na vida” (EG, n. 209). Entretanto, iluminados pela prática de Jesus “cabe-nos denunciar toda prática de discriminação e de racismo em suas diferentes expressões e apoiarmos as reivindicações pela defesa, reconhecimento e demarcação de seus territórios, na afirmação de seus direitos, sua cidadania, seus projetos e de sua cultura” (DGAE, n. 117).

128. Propostas de ação

- a) Apoiar as comunidades indígenas e quilombolas, de pescadores e caboclos... na conquista e defesa de seus direitos.
- b) Fomentar ações em prol dos grupos que se encontram nas periferias existenciais: os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os toxicodependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas de violências (prostituição, pornografia, trabalho infantil...), mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiências, desempregados/as, os excluídos pelos analfabetismos, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, agricultores sem-terra e os mineiros, entre outros (DAp, n. 402).
- c) Realizar a Semana Social Brasileira.

129. Coordenação do projeto - Fórum das Pastorais Sociais.

3.2.5.7 Promover a formação de pensadores e pessoas que estejam em níveis de decisão

130. Justificativa

“Tarefa de grande importância é a formação de pensadores e pessoas que estejam nos níveis de decisão” (DAp, n. 492). Para isso é necessária uma ação planejada e eficaz junto ao mundo da universidade, da comunicação, da política e do trabalho liberal.

131. Propostas de ação

- a) Fomentar a organização em nível diocesano e regional do Conselho de Leigos.
- b) Articular uma consistente Pastoral Universitária.
- c) Estabelecer um canal de diálogo junto aos formadores de opinião: professores, acadêmicos, profissionais da comunicação, líderes comunitários, empresários, políticos, dirigentes sindicais, etc.
- d) Incentivar as Escolas de Fé e Política.

132. Coordenação do projeto - Fórum das Pastorais Sociais, PASCOM e Assessoria de imprensa do Regional.

3.2.5.8 Fortalecer e animar as ações evangelizadoras em prol da família

133. Justificativa

“Um olhar especial merece a família, patrimônio da humanidade, lugar e escola de comunhão, primeiro espaço para a iniciação à vida cristã” (DGAE, n. 111).

134. Propostas de ação

- a) Investir na formação e preparação dos agentes de pastoral familiar.
- b) Implantar e fortalecer os três setores da pastoral familiar no regional e em todas as dioceses.

- c) Fortalecer e integrar as pastorais, movimentos, associações, organismos e novas comunidades nas ações em favor da família.
- d) Implantar e promover as ações do Sínodo da Família.

135. Coordenação do projeto - Pastoral Familiar.

3.2.5.9 Fomentar ações em prol dos idosos

136. Justificativa

São João Paulo II na “Carta aos Anciãos” assim se expressava: “É bonito poder gastar-se até o fim pela causa do Reino de Deus” (n. 17). O povo brasileiro está envelhecendo e temos que descobrir formas de assegurar a dignidade e a valorização integral das pessoas idosas, através da promoção humana e espiritual, respeitando seus direitos, num processo educativo de formação continuada. Precisamos capacitar líderes comunitários para multiplicar o saber e a solidariedade junto aos idosos e seus familiares para que todos possam conviver respeitosamente com as pessoas idosas, protagonistas de sua auto-realização.

137. Propostas de ação

- a) Apoiar as iniciativas em prol da inclusão social do idoso e o reconhecimento dos seus direitos.
- b) Promover o respeito à dignidade e à cidadania das pessoas idosas, colaborando para a divulgação e implementação do Estatuto do Idoso.
- c) Promover o convívio das pessoas idosas com as demais gerações, estimulando uma velhice ativa e buscando uma longevidade digna.

- d) Fortalecer a Pastoral da Pessoa Idosa e capacitar agentes de pastoral para o acompanhamento das pessoas idosas nas visitas domiciliares e nas outras atividades complementares afins.
- e) Organizar redes de solidariedade humana nas comunidades e nos diferentes níveis para promover o bem-estar dos idosos.
- f) Incentivar a criação e participação nos conselhos de direitos do idoso em todos os níveis.
- g) Realizar parcerias, somando esforços com outras pastorais, comunidade científica, associações de geriatria e gerontologia, organizações de defesa dos direitos dos idosos, de assistência social e outras entidades afins.
- h) Valorizar a vida até sua fase final, apoiando os programas de cuidados paliativos, que assegurem o caráter espiritual da existência humana.

138. Coordenação do projeto - Pastoral da Pessoa Idosa

